

A. I. N° - 022198.0907/01-8
AUTUADO - JOSÉ JORGE TEIXEIRA FONSECA
AUTUANTE - LUIZ GONZAGA SOUZA VAZ
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 04/07/2002

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0192-03/02

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. OPERAÇÃO REALIZADA SEM NOTA FISCAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Na saída de mercadoria deve ser emitida a Nota Fiscal correspondente para documentar a realização da operação. Em caso de constatação de infração à legislação tributária, no trânsito de mercadorias, a lei faculta ao Estado exigir o imposto do contribuinte de direito ou do transportador, independentemente de ordem. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 14/09/01, no trânsito de mercadorias, para exigir o ICMS no valor de R\$9.382,13, acrescido da multa de 100%, por divergência entre o documento fiscal e as mercadorias ali discriminadas, constatada durante a contagem física, de acordo com o Termo de Apreensão e Ocorrências n° 022198.0903/01-2 e o Termo de Conferência de Veículos, lavrados em 13/09/01 e anexados aos autos às fls. 6 a 9.

O autuado apresentou defesa, às fls. 27 a 29, esclarecendo, inicialmente, que foi contratado, pela empresa Agrominas Distribuidora e Representações Ltda., com sede em Governador Valadares - MG, para transportar e entregar mercadorias de suas propriedade aos clientes localizados na região sul do Estado da Bahia e que em 13/09/01, ao passar pelo Posto Fiscal Alberto Santana, teve as mercadorias apreendidas sob a alegação de que os documentos fiscais apresentados acobertavam apenas 20% da carga.

Acrescenta que a empresa proprietária das referidas mercadorias impetrou mandado de segurança para a sua liberação, tendo obtido liminar do Juízo da Comarca de Nova Viçosa – Bahia, conforme cópia da decisão judicial e do Termo de Liberação acostados às fls. 30 e 34.

Ressalta que o verdadeiro sujeito passivo da relação tributária é a empresa proprietária das mercadorias e, portanto, entende que o Auto de Infração deveria ter sido lavrado contra ela e não contra si, um mero transportador.

Argumenta que, nos termos da legislação, o transportador somente pode ser considerado sujeito passivo quando o proprietário ou vendedor das mercadorias transportadas não é pessoa jurídica devidamente inscrita no Cadastro de Contribuintes de seu Estado e não possui estabelecimento fixo.

A final, pede a sua exclusão do presente processo administrativo fiscal e a substituição pela empresa Agrominas Distribuidora e Representações Ltda., com sede em Governador Valadares - MG, verdadeira proprietária das mercadorias transportadas.

A auditora designada para prestar a informação fiscal (fls. 91 e 92), mantém o lançamento e esclarece que o artigo 39, inciso I, alínea “d”, do RICMS/97, dispõe que são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito, os transportadores em relação às mercadorias que aceitarem para transporte ou que conduzirem acompanhadas de documentação inidônea. Aduz, ainda, de acordo com o artigo 913 do RICMS/97, que todos os que concorrerem para a prática de irregularidades fiscais respondem pela infração, conjunta ou isoladamente e que, ao aceitar para transporte mercadorias acompanhadas de notas fiscais que não correspondiam à carga, o autuado incorreu em ilícito fiscal e por ele deve responder.

Salienta, por fim, que o proprietário das mercadorias, objeto da ação fiscal, não é contribuinte inscrito no Estado da Bahia e que, no território deste Estado, o transportador é o único responsável pelas mercadorias acompanhadas de documentos fiscais inidôneos e, afinal, que a inidoneidade das notas fiscais não foi contestada pelo autuado.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o imposto em decorrência da constatação, pela fiscalização de trânsito, do transporte de mercadorias sem a competente documentação fiscal, em razão da comparação entre os documentos fiscais apresentados e a conferência da carga do caminhão no Posto Fiscal.

Analisando a documentação acostada aos autos, constata-se que o autuado foi o motorista do caminhão que transportava as mercadorias apreendidas, o qual alega que, não sendo o seu proprietário, não poderia constar como sujeito passivo da relação jurídico-tributária.

Entretanto, ao contrário do entendimento do autuado, o artigo 39, inciso I, alínea “d”, do RICMS/97 determina o seguinte:

Art. 39. São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devidos pelo contribuinte de direito:

I - os transportadores em relação às mercadorias:

d) que aceitarem para transporte ou que conduzirem sem documentação fiscal comprobatória de sua procedência ou destino, ou acompanhadas de documentação fiscal inidônea.

§ 3º A responsabilidade prevista neste artigo não exclui a do contribuinte, facultando-se ao fisco exigir o crédito tributário de qualquer um ou de ambos os sujeitos passivos.

Dessa forma, verifica-se que o Fisco pode exigir o tributo e seus acréscimos legais, tanto do contribuinte de direito como do transportador, independentemente de preferência ou ordem.

Ressalte-se, ainda, que o proprietário das mercadorias é a empresa Agrominas Distribuidora e Representações Ltda, estabelecida no Estado de Minas Gerais, a qual não possui inscrição no cadastro de contribuintes da Bahia.

Por tudo quanto foi exposto, entendo que não podem ser acatadas as alegações defensivas, sendo devido o imposto ora apurado com base na divergência constatada na conferência física das mercadorias no Posto Fiscal.

Saliente-se, por fim, que a base de cálculo do imposto (fl. 5) não foi contestada pelo autuado.

Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 022198.0907/01-8, lavrado contra **JOSÉ JORGE TEIXEIRA FONSECA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$9.382,13**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de junho de 2002.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR